



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1289

TRANSFORMAÇÃO OU MODERNIZAÇÃO DO CAMPO? TENENTISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA (1930-1935)

Guilherme Pigozzi Bravo¹
(Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP – Marília-SP)

Resumo: Esta comunicação pretende, como parte de nossa pesquisa de doutorado, analisar as diferentes propostas de reforma agrária formuladas pelo movimento tenentista, no período de 1930 a 1935. Para tanto, é mister verificar a sua gênese e evolução política, nas décadas de 1920 e 1930, já que o movimento viveu contradições e cisões ao longo deste período. Assim, nascem duas vertentes no movimento que exercerão um papel de destaque no cenário político nacional dos anos 1930: a de esquerda, cuja maior expressão é Luiz Carlos Prestes e outros militares que ingressam no PCB, mas que engloba, também, os tenentes de orientação esquerdista, porém, não comunistas. A outra, caracterizada como autoritário-reformista, congregava a maioria dos militares, sendo Juarez Távora uma das suas principais lideranças. Enquanto a primeira, de conduta mais radical, entendia ser a reforma agrária parte de uma agenda democrática na qual a questão fundiária estava conjugada ao combate às oligarquias latifundiárias, ao fascismo e ao imperialismo, a segunda, mais conservadora, apresentava um programa de modernização capitalista do panorama agrícola brasileiro, no qual o Estado, centralizado, aparece como o responsável pela implantação de núcleos coloniais e, também, pela distribuição de lotes de terra. Visto que a questão agrária representou um importante fator explicativo, no que se refere às diversas configurações que o Estado brasileiro assumiu ao longo da sua História, revisitar as diferentes propostas do movimento tenentista, acerca da reforma agrária, é reacender um debate necessário e, ainda, atual, em um país que ainda não resolveu a sua grave situação fundiária.

Palavras-Chave: Tenentismo; Reforma Agrária; Modernização;

¹ Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação da FFC-UNESP-Marília.

Introdução/Justificativa

A questão agrária representou um importante fator explicativo, no que se refere às diversas configurações que o Estado brasileiro assumiu ao longo da sua História. Além disso, importantes acontecimentos políticos, econômicos e sociais foram determinados, entre outros fatores, pelas características que o universo agrícola do Brasil assumiu, nas diferentes fases da história nacional².

Para Aspásia Camargo (1996, p.123), se houve uma característica constante nas diferentes formas que a organização política nacional assumiu, ao longo de sua evolução histórica, é a presença, no bloco político hegemônico, de uma fração da classe dominante que representa os interesses do setor agroexportador. Ainda segundo a referida autora, este segmento político “agrário” comandou o processo de transformações sociais, políticas e econômicas, pelas quais passou a sociedade em seu desenvolvimento histórico, podendo, assim, ajustar tais mudanças à lógica de sua dominação. Desta forma, manteve-se inalterada no país a estrutura fundiária herdada do período colonial, baseada na concentração da propriedade privada da terra. Nos séculos XIX e XX, o regime capitalista espaiava-se no Brasil sem destruir o principal sustentáculo do poder político, econômico e social dos grandes proprietários: o latifúndio³.

Da combinação entre poder econômico e dominação política, resultou, historicamente, um panorama fundiário marcado pela concentração da propriedade rural e controle político-social da população do campo, vedando a esse segmento social os meios para desenvolver-se econômica e politicamente de forma independente. Restou aos habitantes do campo uma existência social precária e marginal, alijados da vida política e do respaldo jurídico do Estado.

² De acordo com Octavio Ianni (1984, p.241), “O poder moderador, a política dos governadores, o Estado Novo, o populismo e o militarismo têm muito a ver com as forças sociais do campo, (...). Da mesma maneira, a abolição da escravatura, a proclamação da República, a Revolução de 1930, o golpe de Estado de 1945 e o golpe de Estado de 1964 revelam a presença e a influência das controvérsias e interesses que se desenvolvem no campo”. Assim, “(...) é inegável a importância da questão agrária na conformação da fisionomia do Estado brasileiro; e nas rupturas que marcam momentos notáveis da sua história” (1984, p. 242).

³ A Lei de Terras de 1850 aboliu a prática da doação e transformou a terra em mercadoria. Com a lei, impôs-se um grande obstáculo ao acesso à terra a todos aqueles que não dispunham de capitais suficientes para comprá-la, ou seja, ex-escravos, imigrantes, trabalhadores rurais. Além de contribuir para o recrudescimento da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, favoreceu o aumento da oferta de mão-de-obra nas lavouras de café.

Ao longo da Primeira República, a questão agrária, que vinha se agravando desde a fase colonial, permaneceu intocada (ANDRADE, 2002, p. 147). As elites políticas não apenas furtaram-se à resolução do problema, como, também, buscaram resguardar, por meio do monopólio da propriedade rural e da violência no campo, a assimetria econômica, social e política entre as classes sociais⁴. De acordo com Aspásia Camargo (1996, p.131), este primeiro ciclo republicano constitui a ascensão e consolidação do domínio político, social e econômico dos grupos oligárquicos regionais, principalmente os do sul do país. Uma vez no comando do aparato estatal, a fração oligárquica hegemônica, ligada ao complexo cafeeiro, estruturaria o “pacto agrário” por meio da “Política dos Governadores”, que garantiria a autonomia e estabilidade às elites políticas regionais em troca de uma atitude de lealdade e apoio ao Governo Federal no Legislativo⁵. Além disso, o compromisso oligárquico foi fundamental, também, para uma hierarquização das relações sociais, envolvendo desde os grupos que detêm o controle político nos Estados, até os chefes políticos locais, os chamados “coronéis”⁶.

Na década de 1930, já no seu primeiro ano de governo, Vargas iniciou as profundas transformações pelas quais passou o país, em relação à Primeira República. Estrutura-se um novo modelo de Estado, cujas características principais são a centralização e o intervencionismo no plano político, econômico e social.

⁴ A Constituição de 1891 instituiu a posse, pelos Estados, das terras públicas que estivessem neles localizadas. Essa medida favoreceu o processo de concentração da propriedade nas mãos dos chefes políticos locais, os “coronéis” que, uma vez submetendo econômica, social e culturalmente grande parcela da população rural, formava um grande contingente de eleitores, responsáveis pela manutenção do status quo político nos âmbitos municipal, estadual e federal. Neste sentido, a legislação federal, ao invés de viabilizar a resolução, em bases democráticas, da questão agrária, obstaculizou a ascensão da população pobre à condição de proprietários.

⁵ De acordo com Marieta Ferreira e Surama Pinto (2003, p.390), a Política dos Governadores visava impedir que os conflitos políticos entre os grupos oligarcas locais ultrapassassem as fronteiras estaduais, ganhando, assim, uma amplitude maior, o que colocaria em risco a estabilidade do Governo Federal. Ao mesmo tempo, buscava-se, também, uma relação mais estreita e cordial entre os Poderes Executivo e o Legislativo em nível estadual e federal com o intuito de formar uma base governista sólida, capaz de garantir respaldo às iniciativas governamentais. Contudo, ao longo dos anos esse “sistema” mostrou sinais de fraqueza, permitindo conflitos e cisões no interior do bloco oligárquico dominante que permitiu, por exemplo, a ascensão de Hermes da Fonseca à Presidência da República em 1910, a formação da Reação Republicana em 1921-1922 e a formação da Aliança Liberal em 1929.

⁶ A origem do termo “coronel” liga-se ao surgimento da Guarda Nacional, em 1831. Em cada município, o comando de um destacamento daquela era confiado ao chefe político local que, na maioria das vezes, era representado pelos grandes latifundiários e comerciantes. Mesmo com a extinção da Guarda Nacional, em 1918, o termo continuou a ser empregado para designar as potestades políticas, econômicas e sociais de uma determinada localidade. De acordo com Vitor Nunes Leal (1975, p. 23), o “coronel” pode ser visto como uma instituição que engloba, em uma só pessoa, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em âmbito local. A ausência e o descaso, muitas vezes intencionais, do Poder Público, constitui uma das principais causas para tal situação.

Contudo, muito embora tenha o aparelho estatal ampliado seu raio de ação, o novo pacto político resultou de rearranjos no seio das classes dominantes, ao conjugar os “[...] interesses da cafeicultura, indústria, comércio e imperialismo.” (IANNI, 2004, p.218), e manter intacta a estrutura econômico-social vigente no espaço agrícola. Portanto, nesta nova configuração político-econômica, as relações de produção, fundamentadas nas grandes propriedades rurais, permaneceram inalteradas⁷. Tal quadro explica muito bem o fato de que, muito embora tenha sido viabilizado o desenvolvimento industrial e financeiro do país, a concentração fundiária e o monopólio da propriedade da terra foram mantidos, assim como, também, o poder econômico e político sobre a população rural.

Neste sentido, embora o sistema latifundiário não tenha permanecido com as mesmas características no decorrer dos anos, as transformações pelas quais passou a estrutura fundiária não representaram qualquer modificação no monopólio da propriedade agrícola, ou seja, não alteraram o panorama das relações sociais no meio rural. Portanto, o verdadeiro sentido da reforma agrária, ou seja, promover o melhoramento das condições de vida e trabalho do trabalhador rural, por meio da concessão de terras, tem sido escamoteado até mesmo por setores governistas que carregam, em sua plataforma de governo, tal bandeira.

Para tais setores, a reforma consiste, basicamente, em uma modernização das técnicas de plantio e de comércio, com o objetivo de aumentar a oferta e a qualidade dos produtos. Trata-se de incrementar um sistema de exploração que ainda conserva algumas características herdadas do período colonial: obtenção de maior lucratividade mediante a expansão do latifúndio e a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata. Assim, a exploração da terra se faz, ainda nos dias de hoje, em benefício de uma minoria política e economicamente dominante.

Assim sendo, torna-se relevante revisitar as propostas do movimento tenentista, especialmente dos segmentos que adotaram um comportamento político à esquerda, acerca da reforma agrária, pois tais propostas buscaram destruir os pilares que sustentavam o poder econômico, social, cultural e político das oligarquias latifundiárias; uma das formas de fazê-lo seria por meio de uma ampla e

⁷ As transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela Revolução de 1930, muito embora tenham provocado significativas transformações no “sistema coronelista”, não alteraram o principal pilar sobre o qual se assentava o poder político dos coronéis: a concentração da propriedade fundiária. A própria legislação trabalhista, implantada por Getúlio Vargas nos primeiros anos de seu governo, permaneceu restrita aos trabalhadores urbanos.

profunda modificação nas relações socioeconômicas predominantes no âmbito rural. Além disso, voltar a tais propostas é reacender um debate tão necessário e, ainda, tão atual, em um país que, por razões políticas e econômicas ainda não resolveu a sua grave situação fundiária, responsável pelo atraso no que tange a um real desenvolvimento democrático, em uma nação de tão grande extensão territorial.

Objetivos

Desde a proclamação da República, os militares conquistaram uma posição de relevo no cenário político. Tal papel de destaque assenta-se nas características das Forças Armadas como uma instituição identificada constitucionalmente com os interesses nacionais e que possui o recurso às armas como forma de intervenção. Entre as diversas correntes militares, os tenentes⁸, nas décadas de 1920 e 1930, também foram fiéis à tradição intervencionista-salvacionista do Exército⁹, com seus ideais regeneradores de moralização da política e igualdade social. Assim, a eclosão dos levantes tenentistas de 1922, cujo epílogo foi a “aventura” dos Dezoito do Forte de Copacabana, de 1924, e a marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa foram motivadas, principalmente, por um descontentamento em relação à realidade política, econômica e social brasileira.

⁸ É importante ressaltar que movimento tenentista, neste trabalho, é analisado a partir de suas origens, em suas várias nuances sociais, ideológicas, econômicas, culturais e políticas e, também, pela sua posição enquanto militares, ou seja, membros do aparato estatal. Portanto, abrigam-se aí as duas concepções analítico-metodológicas quanto à atuação e comportamento do Exército, ou seja, a instrumental e a institucional. De acordo com Antônio Carlos Peixoto (1982, p.29-30), a concepção instrumental concebe as ações militares a partir de motivações externas à corporação, ou seja, é na sociedade civil que residem as razões impulsionadoras das intervenções das Forças Armadas. Por outro lado, a concepção institucional-organizacional explica o comportamento dos militares enquanto pertencentes a uma organização cujos valores institucionais norteiam as ações destes. Assim, “o aparelho militar” é visto como um sistema monolítico, autônomo em relação à sociedade civil e que obedece a um comando hierárquico. Neste sentido, concordamos com o referido autor quando este ressalta o fato de que “a análise do processo político brasileiro comporta elementos vinculados às duas concepções” (1982, p.30). Em nosso entender, o tenentismo, como um movimento político e social, não permaneceu reduzido à componente militar. Assim, valorizaremos, em nosso trabalho, a concepção instrumental.

⁹ É importante ressaltar o fato de que o Exército não constituía um todo coeso e hegemônico. Neste sentido, havia, no interior da instituição, conflitos e contradições. Foi a partir destas divergências no seio do Exército que João Quartim de Moraes (2005) identificou a existência de uma “Esquerda Militar”, ao recuperar a trajetória política desta instituição desde o regime imperial. Nesta trajetória, “[...] a presença da esquerda fora marcante entre os militares”, como, por exemplo, na participação de uma fração do Exército na questão abolicionista, na proclamação da República e no Tenentismo. (2005, p. 42). Assim, adotaremos tal perspectiva analítica, calcada na “[...] polarização esquerda/direita, [...]”, no estudo do movimento tenentista, já que este foi um movimento que, ao longo de sua trajetória político-militar, viveu contradições, crises internas, cisões e vicissitudes próprias em consonância com os principais acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos nas décadas de 1920 e 1930.

A consciência desses tenentes acerca do atraso político e econômico do país amadureceu durante os anos de marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa. Ao conhecer o interior do Brasil, esses militares encontraram populações vivendo na mais absoluta miséria, submetidas ao poder econômico e político dos chefes municipais, os “coronéis”. Os tenentes surpreenderam-se ao encontrar um “Brasil” que ainda não conheciam, distante daquele urbano e desenvolvido no qual viviam. Os militares da Coluna sensibilizaram-se com a situação precária na qual vivia a maioria da população do campo¹⁰. Desta forma, a trajetória tenentista pelo interior do país, pode ter sido decisiva para uma mudança na consciência desses jovens militares, pois puderam perceber a ineficiência do programa liberal baseado no lema “Representação e Justiça”, que, até então, defendiam. O contato com a população rural, portanto, teria sido fundamental, um dos pontos centrais de nossa pesquisa em curso, para o despertar de uma parcela do movimento tenentista quanto à necessidade de transformações no cenário agrícola nacional¹¹.

Todavia, é importante ressaltar que tal parcela, nos anos posteriores à Coluna, dividiu-se, seguindo seus principais personagens orientações políticas distintas. A conversão de Luiz Carlos Prestes ao comunismo representou um duro golpe ao movimento. Constituiu a primeira e uma das mais importantes cisões que ocorreu no seio do tenentismo. Dessa cisão, nascem duas vertentes no movimento que exercerão um papel de destaque no cenário político nacional dos anos 1930: a de esquerda, cuja maior expressão é Luiz Carlos Prestes e outros militares que

¹⁰ Tal fato fica claro com a atitude dos líderes do movimento em destruir documentos de cobrança de impostos nos cartórios, ferramentas utilizadas para torturas e castigos, além de libertar presos que não tinham qualquer acusação formulada.

¹¹ Em depoimento, Luiz Carlos Prestes afirmou: “A coluna foi algo importantíssimo para mim. Conheci a miséria por onde passei. Vi homens passando fome, outros sem roupas e muitos sem nenhum remédio para suas doenças. Vi homens ajoelhados no chão esburacando o solo com facas de cozinha sem cabo, [...]. Esse quadro terrível, [...], me convenceu de que não seria a simples substituição de Bernardes por outro que resolveria nossos problemas.” (MORAES;VIANA, 1997, p.53). Em seu manifesto, lançado em maio de 1930, o “Cavaleiro da Esperança” propõe a luta “[...] pela completa libertação de todos os trabalhadores agrícolas, [...], pela confiscação, nacionalização e divisão das terras; pela entrega da terra gratuitamente aos que a trabalham, [...].” (CARONE, 1975, p.350). Ao responder a Luiz Carlos Prestes quando da publicação do manifesto, Juarez Távora defende, entre outros pontos, “o estabelecimento da independência econômica das massas, pela difusão da pequena propriedade;” (CARONE, 1975, p.355). Em outra resposta a Luiz Carlos Prestes, Juarez afirma: “[...] tenho idéias muito semelhantes às suas, quando não inteiramente coincidentes. Sei que o latifúndio é um mal; que a exploração semi-servil do proletário é um crime, [...]. Mas discordo da propriedade e eficácia dos remédios que V. receita, [...]. Penso, por exemplo, que é um grave erro de visão objetiva querer extinguir, com uma penada, o regime econômico atual do latifúndio e, com outra penada, pretender substituí-lo, [...], pelo regime integral da pequena propriedade. Tal como no caso da abolição da escravatura, [...], iríamos sofrer uma crise econômica gravíssima, [...].” (CARONE, 1975, p. 359-361).

ingressam no PCB, mas que engloba, também, os tenentes de orientação esquerdista, porém, não comunistas. A outra, caracterizada como “centrista” (CARVALHO, 2006, p. 128), congregava a maioria dos militares, sendo Juarez Távora uma das suas principais lideranças. Assim, outro ponto fundamental de nossa pesquisa em andamento, nos anos 1930, estas duas correntes, em suas respectivas plataformas políticas, apresentarão profundas divergências¹² quanto ao sentido e o conteúdo das propostas acerca da questão fundiária.

Assim, formaram-se duas correntes, no interior do movimento tenentista, que apresentaram programas distintos em relação à transformação da configuração agrícola brasileira.

Resultados

Os dois primeiros anos do governo Getúlio Vargas foram marcados pela ascensão política do movimento tenentista¹³, em especial a sua corrente majoritária, de orientação “centrista”, que procurou organizar-se por meio da elaboração de projetos políticos e instituições como, por exemplo, o Clube 03 de Outubro, criado em fevereiro de 1931, e as Legiões Revolucionárias nos estados. Tais ações tiveram como objetivo o fortalecimento político dos tenentes junto ao Governo Federal¹⁴ como forma de pressioná-lo em favor das necessidades das lideranças estaduais

¹² Para Luiz Carlos Prestes e outras figuras do tenentismo que aderiram ao comunismo, por exemplo, a reforma agrária seria viabilizada mediante um programa radical contra o latifúndio e o imperialismo, baseado em uma proposta revolucionária com a participação das massas camponesas e do proletariado urbano. A outra parte daquele segmento, de orientação “centrista”, cujos representantes, em sua maioria, apoiaram a Aliança Liberal, embora sensibilizada quanto à necessidade de transformação do panorama agrário brasileiro, compreendia a reforma agrária no interior de um projeto de modernização da estrutura agrária brasileira, viabilizado por um poder centralizado. Neste projeto, o Estado seria o órgão responsável pela distribuição dos lotes de terra como, também, pela promoção do uso social de terras devolutas ou ocupadas ilegalmente, por meio de núcleos coloniais.

¹³ Na década de 1930, o movimento tenentista fragmentou-se politicamente. Alguns de seus representantes converteram-se ao comunismo e a outras matrizes de esquerda, outros se mantiveram fiéis à plataforma de cunho liberal que era majoritária nos anos 1920. Outra parcela retomou suas funções militares. No interior do movimento, a corrente “centrista” foi numericamente dominante, o que contribuiu para a posição de destaque que conquistou no cenário político nacional. Além disso, de acordo com Edgard Carone (1974, p. 387), nos anos 1930, o termo tenentismo ampliou-se, congregando novos setores sociais. Além dos militares revolucionários e seus antigos aliados civis, novos setores passam a ser identificados com o movimento. Tal fato mostra que o tenentismo foi um movimento político-militar que transcendeu os muros dos quartéis, congregando, em seu seio, lideranças civis.

¹⁴ De acordo com Robert Alexander (1979, p. 167), Getúlio Vargas serviu-se, habilmente, de uma estratégia que consistia em promover disputas e cisões no seio do movimento tenentista e, também, entre os representantes deste e os grupos oligárquicos, como forma de minar a força organizativa e política dos tenentes. Como exemplo, vide o caso da nomeação de João Alberto para o governo de São Paulo.

(interventores) e da nomeação de nomes ligados ao Tenentismo para funções e cargos públicos.

Neste sentido, em julho de 1931, o Clube 03 de Outubro iniciou uma “ofensiva” em defesa do governo Vargas, diante da forte oposição dos grupos oligárquicos¹⁵, principalmente os de São Paulo. Fez parte desta ofensiva, a elaboração dos princípios políticos do Clube, que se tornaram públicos em fevereiro de 1932, no Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil¹⁶.

No Esboço, o Estado constitui órgão responsável pela distribuição dos lotes de terra como, também, promover o uso social “[...] de terras devolutas, [...]” e das que foram apropriadas de maneira ilegal, por meio da formação de “[...] núcleos coloniais cooperativos” (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p.47). Importante, também, é o fato de que o programa propõe, dentre outros pontos, a regulamentação do trabalho agrícola por meio da inserção da mão-de-obra rural na “legislação trabalhista” (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p.57). Além destas propostas, defende-se, também, a limitação dos latifúndios, a obrigação de desenvolver a produção nas propriedades próximas às rotas de comunicação, sob pena de desapropriação para fins de formação de núcleos coloniais, colonização dos territórios “incultos” e aprimoramento da produção agrícola nas regiões onde as condições climáticas dificultam o aproveitamento do solo (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 47)¹⁷. No caso das Legiões¹⁸, o manifesto apresentado pelos legionários de São Paulo, em 1931, no tocante à questão fundiária, é muito semelhante ao do Clube 03 de Outubro¹⁹.

¹⁵ Os tenentes propunham um Estado centralizado, com capacidade de intervir nos setores político, econômico e social. Por outro lado, as oligarquias estaduais defendiam uma organização política baseada no federalismo, na limitação do Poder Executivo, e na preservação da autonomia política e econômica dos Estados.

¹⁶ No documento, o projeto político, econômico, social e cultural dos tenentes do Clube 03 de outubro aparece dividido nos seguintes itens: nacionalidade; economia; finanças; administração pública; sociedade brasileira; política; justiça; defesa nacional; relações exteriores.

¹⁷ Embora enfatizassem que a propriedade deveria atender às necessidades coletivas, os tenentes “centristas” eram contrários à coletivização dos meios de produção (CONNIF, 1979, p.143). Não pretendiam, também, subverterem o regime econômico vigente. As propostas no tocante à questão fundiária tinham como objetivo principal o desenvolvimento do sistema capitalista no país.

¹⁸ Segundo Peter Flynn (1979, p.91), a criação das Legiões atendia ao objetivo de proporcionar ao movimento revolucionário organização e programa concretos. Contudo, as legiões envolveram-se em conflitos interoligárquicos o que acarretou um distanciamento em relação aos seus objetivos iniciais.

¹⁹ Os legionários defendem o incremento da produção agrícola e da pecuária, a obrigação de promover o cultivo das faixas de terra próximas às vias de comunicação, sob pena de sua transformação, pelo Estado, em núcleos coloniais; diminuição dos latifúndios, principalmente os que

Os tenentes que adotaram um comportamento político-social à esquerda, apresentaram uma conduta mais radical no tocante às propostas acerca da reforma agrária. Para os comunistas, o Brasil era um país semifeudal, cujo desenrolar político era causa do embate entre dois imperialismos: o inglês e o norte-americano. A partir de então, na concepção desta fração do movimento tenentista, o atraso político, econômico e social do Brasil assentava-se no predomínio de um sistema político-econômico baseado no latifúndio, na monocultura e alinhado aos interesses das nações imperialistas.

Os militares que participaram, em março de 1935, da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular cujo objetivo era a recondução do movimento revolucionário de 1930 ao seu curso “ideal” e o combate às oligarquias dissidentes, por meio da luta contra a Lei de Segurança Nacional²⁰, o imperialismo, o latifúndio e o integralismo²¹, acreditavam que, tanto a estrutura agrária, quanto o domínio exercido pelas potências imperialistas na economia e na política brasileira constituíam um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, representavam a base de sustentação da hegemonia política, econômica, social e ideológica dos “barões do café”.²²

A debilidade organizativa e o fracionamento político-ideológico do Tenentismo atingem o Clube 03 de outubro e as Legiões, provocando desarranjos e cisões internas. A Revolução constitucionalista de 1932 e o conseqüente fortalecimento dos grupos oligarcas estaduais, constituíram um dos principais fatores²³ para o

estiverem localizados próximo à zona litorânea. Além destas medidas, os legionários propõem políticas de incentivos à fixação do trabalhador no campo mediante créditos e acesso à tecnologia; formação do “Tribunal de Terras”, dentre outras. (CARONE, 1975, p. 453).

²⁰ A Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935, tipificava os crimes contra a ordem política e social; seu principal objetivo foi enquadrá-los no âmbito de uma legislação especial, submetendo os possíveis infratores a uma pena mais rigorosa, excluindo-se, inclusive, as garantias processuais.

²¹ O PCB não participou ativamente na organização da ANL. Assim, embora vários grupos participassem da organização da Aliança, o papel de destaque coube aos tenentes, que se mostraram descontentes em relação a Getúlio Vargas. Contudo, a liderança do partido decidiu apoiá-la, pois a ANL também defendia a luta contra o latifúndio e o imperialismo.

²² O programa da ANL defende, entre outros pontos, a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem. Contudo, os aliancistas não almejavam a conquista do poder, muito menos a implantação de um regime comunista no Brasil. Tal comportamento representaria a mentalidade nacionalista e democrática dos tenentes aliancistas, que acreditavam, assim, poder transformar economicamente e socialmente o país sem modificar o regime.

²³ Além das crises e cisões internas e a forte oposição das elites civis, setores da oficialidade do Exército mostravam-se receosos quanto a participação “autônoma” dos tenentes na política. Assim, outro motivo que contribuiu decisivamente para o enfraquecimento político dos tenentes, de acordo

enfraquecimento político-organizacional destas agremiações e de seu prestígio junto à cúpula governista.

Quanto aos tenentes de esquerda, em onze de julho de 1935, Getúlio Vargas, amparado na Lei de Segurança Nacional, fechou provisoriamente a ANL. Após ser posta na ilegalidade, a Aliança perdeu todo o prestígio conquistado nas várias camadas sociais, principalmente na classe média. A partir desse momento, o controle da organização ficou nas mãos dos comunistas e dos tenentes ligados ao PCB, que prepararam um levante armado em nome dela. Para Prestes e os enviados da Internacional Comunista (IC), a deposição de Vargas viria por meio das armas. Nos dias 23, 25 e 27 de novembro de 1935, três insurreições ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. As três eclodiram em nome da revolução popular e da ANL. Isolados, esses levantes deram o aval a Getúlio Vargas para suspender a vigência da Constituição e, apoiado pelo Congresso e pela opinião pública, colocar o país em um longo estado de sítio.

Considerações Finais

As transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela Revolução de 1930, muito embora tenham provocado significativas transformações no “sistema coronelista”, não alteraram o principal pilar sobre o qual se assentava o poder político dos coronéis: a concentração da propriedade fundiária. A centralização do poder também não impediu a manutenção da força política dos chefes locais. A cultura política nacional conservava-se, na década de 30, essencialmente regionalista. As máquinas políticas estaduais ainda constituíam a fonte de onde emanava o poder político. Mesmo diante de regimes de governo de cunho autoritário, como fora a fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas, que vai de 1937 a 1945, a base que sustenta os mecanismos oligárquicos de poder e domínio foi preservada, embora tenha o Estado ampliado seu controle sobre os chefes locais²⁴.

com José Murilo de Carvalho (2006, p. 108), refere-se a um fator fundamental para a viabilização das propostas tenentistas: a conquista de hegemonia no interior do Exército. Além disso, o domínio da instituição pela baixa oficialidade subverteria a ordem e a disciplina hierárquica, o que enfraqueceria politicamente a corporação.

²⁴ De acordo com Aspásia Camargo (1996, p. 141), “[...] a reformulação agrária, que atinge o âmago da ordem política dominante, sustentada pelo poder fundiário, será, de maneira ainda mais radical, postergada; eram sólidos e organizados os interesses que as reformas porventura atingissem e, inversamente, frágeis e desarticulados os seus prováveis beneficiados. Visivelmente, o poder central

Assim, conforme o exposto, vê-se que um dos traços marcantes da história política nacional é a relação entre propriedade fundiária e poder político. O predomínio de uma estrutura econômica basicamente agrária, firmada na grande propriedade e na produção destinada ao mercado internacional garantiu, particularmente no contexto que ora analisamos, a manutenção de uma estrutura política, na qual o bloco dominante expressava, também, os interesses agroexportadores.

Desta forma, o tenentismo, ou, melhor dizendo, uma parcela deste movimento pode ser considerado como um segmento político e social que buscou romper com a dominação das oligarquias regionais ao propor, dentre outros pontos, uma profunda mudança na estrutura fundiária brasileira.

Referências

ALEXANDER, Robert J. Os Tenentes depois da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 163 -188.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da Terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Edusp, 2002, p.143-156.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 121-224, vol. III.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1974.

_____. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CLUBE 03 DE OUTUBRO. **Esboço do programa de reconstrução política e social do Brasil**, s. l., s. ed., 1932, 80p.

filtrará as medidas tenentistas incorporando apenas propostas residuais inócuas ou facilmente digeríveis.” Assim, inspiradas nas propostas fundiárias dos tenentes “centristas”, as políticas de colonização, gestadas no Estado Novo, por exemplo, conceberam a ocupação de espaços geográficos a partir das estratégias de defesa e segurança nacional.

CONIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano - O tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p. 387-415.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MORAES, João Quartim. A Esquerda Militar no Brasil: **Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, vol. I.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.